



0572014

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**  
**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 008/2014**  
**Processo Administrativo: 735/2014**

**Contratante:** Município de Paracambi, inscrito no CNPJ sob o nº 29.138.294/0001-02, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal Sr. **Tarciso Gonçalves Pessoa**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Afonso Franco, nº 79, Centro, Paracambi/RJ, portador da Carteira de Identidade nº 05186468-2 SSP/IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 615.202.257-68.

**Contratado:** ASSOCIAÇÃO PRO-ESPORTE E CULTURA, situada à Rua Porto Alegre, n. 202, casa 08, Engenho Novo/RJ – CNPJ nº 16.942.343/0001-05, neste ato representado pelo Sr. **Camilo Solano dos Santos**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1137297011, inscrito no CPF/MF sob o nº 313033073-91, residente na Rua Rodolfo, n.846, Miguel Couto – Nova Iguaçu/RJ.

Estabelecemos Contrato de Prestação de Serviços para assim atender à Secretaria de Cultura e Turismo do Município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro, na forma do art. 25 da Lei 8666/93, cujos detalhes se encontram no Processo Administrativo nº 735/2014, e mediante as Cláusulas e condições a seguir:

**Cláusula Primeira**  
**Do Objeto**

Por este instrumento e na melhor forma de direito a CONTRATADA se obriga realizar o show artístico do Grupo Quem Sabe é Nós no evento cultural denominado como "botequim do samba" no âmbito de 2014.

**Cláusula Segunda**  
**Do Preço e Condições de Pagamento**

O valor total dos serviços contratados será de R\$9.000,00 (nove mil reais), a serem pagos em cota única no dia 28/02/2014

**Cláusula Terceira**  
**Dos Prazos**

Os serviços pactuados serão prestados no Evento cultural denominado como Botequim do samba nos dias 01, 02, 03 e 04 de março no de Carnaval de 2014.

**Cláusula Quarta**  
**Dos Recursos Financeiros**

As despesas com a execução dos serviços correrão a conta da dotação funcional programática:

- 1352 – 02.01.13.392.0049.2121.33903923000000 – FESTIVIDADES e HOMENAGENS, da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, conforme nota de empenho nº 236/2014.

**Cláusula Quinta-**



### **Da Fiscalização**

A fiscalização da execução dos serviços artísticos competirá a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, ao qual a CONTRATADA reconhece autoridade para dirimir quaisquer casos particulares de dúvidas ou omissões deste Contrato, assim para impor penalidades previstas, como de sua competência, em Lei ou neste instrumento.

**Parágrafo Único:** A existência, presença e atuação da fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade legal e contratual da CONTRATADA, nem a dispensa de manter controle próprio da execução do Contrato.

### **Cláusula Sexta**

#### **Das Obrigações da Contratada**

São obrigações da CONTRATADA, além de outras que lhe decorrem da Lei, do Contrato, da natureza dos serviços, da sua proposta e de outras disposições deste instrumento:

- I - Conduzir e executar os serviços com rigorosa observância dos termos do presente contrato e da proposta oferecida;
- II - Prover a execução dos serviços com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, previamente aprovado pelo CONTRATANTE, submetendo à aprovação deste quaisquer alterações de equipe destacada para realização das apresentações artísticas;
- III - Manter, na vigência deste Contrato e enquanto for exigível qualquer obrigação dele decorrente ou a ele relativa;
- IV - Substituir qualquer membro da equipe de trabalho, sempre que solicitada a substituição pelo CONTRATANTE, em 24 (vinte e quatro) horas contadas do recebimento da solicitação;
- V - Corrigir e rever, sem qualquer ônus para CONTRATANTE e sem alteração do prazo e demais condições do presente Contrato, as falhas ou defeitos verificados na execução dos serviços;

### **Cláusula Sétima**

#### **Das Obrigações da Contratante**

- I - Efetuar, observadas as condições estipuladas neste contrato, os pagamentos devidos à CONTRATADA;
- II - Fornecer à CONTRATADA os documentos e informações necessárias a execução dos serviços, dando-lhe acesso ao local dessa execução;
- III - Fiscalizar a execução dos serviços artísticos e o cumprimento deste contrato.

### **Cláusula Oitava**

#### **Da Responsabilidade**

Por força do presente contrato e da legislação de regência da matéria, a CONTRATADA se reconhece responsável pelo fiel cumprimento das obrigações aqui assumidas, respondendo pelos prejuízos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, diretamente ou por seus prepostos e empregados, bem como de qualquer agente que, por sua conta, intervir ou for utilizado naquela



execução, sujeitando-se à cobrança regressiva de todo e qualquer ônus porventura imposto a CONTRATANTE, em razão de danos a terceiros.

**Parágrafo único:** Responde a CONTRATADA, exclusiva e diretamente, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, fiscais secundárias e previdenciárias relacionadas ao presente contrato ou vinculadas à sua execução, bem como por todos os custos e encargos relativos ao material e à mão de obra, necessários à mesma execução, inclusive quanto ao uso de marcas, patentes, processos e licenças, porventura envolvidos nessa execução, obrigando-se a manter o CONTRATANTE a salvo de quaisquer exigências, reclamações ou demandas atinentes a tais obrigações, a cuja cobrança regressiva, igualmente, estará sujeita a CONTRATADA, caso impostas ao CONTRATANTE.

#### **Cláusula nona** **Das Penalidades**

Sem prejuízo da faculdade do CONTRATANTE de rescindir unilateralmente o contrato e de haver as perdas e danos daí decorrentes, o inadimplemento, pela CONTRATADA, das obrigações aqui contraídas sujeitar-se-á às sanções previstas nos artigos 86 na forma abaixo e 87 da Lei Federal nº 8.666/93:

- Advertência;
- multa administrativa graduáveis conforme a gravidade da infração, não excedendo em seu total o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor a ser pago;
- suspensão temporária de participação em licitação ou de realização de contratação direta por prazo não superior a 02(dois) anos.

**Parágrafo Primeiro:** A Inércia do CONTRATANTE diante de qualquer infração à Lei ou às disposições deste Contrato não configurará ato de tolerância nem poderá interpretar-se como novação do presente negócio, ou renúncia do mesmo CONTRATANTE a qualquer dos seus direitos.

**Parágrafo Segundo:** Ressalvada a faculdade prevista no art. 78, XV da Lei 8.666/93, a CONTRATADA não poderá, em hipótese alguma, levantar exceção de inadimplemento, para interrupção unilateral dos serviços.

#### **Cláusula Décima** **Da Rescisão**

A rescisão contratual poderá ser:

I - Determinado por ato unilateral e escrito da Administração, no que couber nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

II - Amigável, por acórdão entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo de inexigibilidade, desde que haja conveniência da Administração e/ou judicial nos termos da legislação - art. 79, incisos II e III da Lei Federal nº 8.666/93;

III - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

IV - A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei federal nº 8.666/93.

#### **Cláusula Décima Primeira** **Dos Direitos do Contratante**



São prerrogativas da CONTRATANTE as previstas no art. 58 da Lei nº 8.666/93, que as exercerá nos termos das normas referidas neste Contrato.

**Cláusula Décima Segunda**  
**Da Cessão ou da Transferência**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

**Cláusula Décima Terceira**  
**Do Foro**

Fica eleito o Foro da Comarca de Paracambi, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente contrato, renunciando as partes contratantes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais especial ou privilegiado que seja.

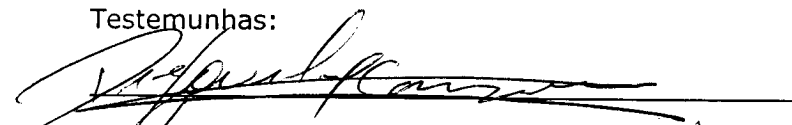
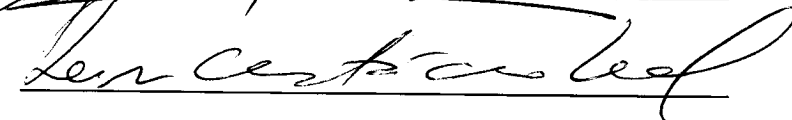
E por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.

Paracambi, 07 de fevereiro de 2014.

  
**Tarciso Gonçalves Pessoa**  
Prefeito Municipal de Paracambi

  
**CAMILO SOLANO DOS SANTOS**  
REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO PRO-ESPORTE E CULTURA

Testemunhas:

# Comissão de Defesa do Consumidor da Alerj ingressa com ação contra autoescolas



Divulgação/Alerj

**De acordo com o presidente da comissão, deputado Luiz Martins, fica evidente e demonstrada impossibilidade de atender aos consumidores**

A Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), presidida pelo deputado Luiz Martins (PDT), ingressou na semana passada com uma Ação Coletiva para

disponibilizar aos consumidores matriculados todas as aulas teóricas obrigatórias, no prazo máximo de quatro meses, sob pena de pagamento de multa diária no valor de dez mil reais.

o serviço contratado de maneira eficiente e adequada, descumprindo a oferta, desrespeitando os consumidores e, consequentemente, indo de afronta ao Código de Defesa do Consumidor.

primeira habilitação dentro do prazo estabelecido pelo DETRAN, um ano.

Os problemas são quase sempre os mesmos: dificuldade de marcação das aulas, tanto teóricas quanto as práticas; salas de aula lotadas; falta de instrutores para atender ao número de inscritos; indisponibilidade de veículos para as aulas práticas; cobrança de valor extra para aluguel do veículo (quando já estava incluído no pagamento); demora injustificada para a marcação da prova prática; intervalo excessivo entre as aulas práticas; dentre outras, o que ocasiona ao consumidor, repita-se, além de muitos outros inconvenientes, a perda do prazo estabelecido pelo Detran.

De acordo com o presidente da comissão, fica evidente e demonstrada impossibilidade de atender aos consumidores. "As autoescolas não possuem instalações, instrutores e equipamentos em número suficiente para atender aos consumidores inscritos, tampouco veículos em



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Paracambi

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/14

Referencia: Processo Administrativo nº 735/2014.

Requerente: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

À vista do parecer jurídico e nos termos do artigo 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**Dispensar** o procedimento licitatório para a contratação de serviços de produção de show artístico do GRUPO SÁBIE É NÓS para atender ao Botequim do Samba, em 01, 02, 03, e 04/03/2014, para a **Secretaria Municipal de Turismo da Prefeitura de Paracambi**.

**Dotação Orçamentária:** 02.01.13.392.004  
33.90.39.00.00.00.00

**Natureza da Despesa:** 1352

**Valor Total:** R\$9.000,00

A consideração do Prefeito Municipal.

Paracambi, RJ, 05 de fevereiro de 2014.

**Leonardo Ferreira de Toledo**  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**ATO DE RATIFICAÇÃO**  
**INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO Nº. 008/2014**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 735/2014**

**ATO DE RATIFICAÇÃO** - Considerando estarem pressupostos autorizativos da legislação que regem a matéria, ratifico a decisão da Comissão Permanente de Licitação constante nos autos protocolados sob o nº 735/2014.